DECISÃO SINGULAR DSG - G.MCM - 1306/2018

PROCESSO TC/MS	: TC/14733/2016
PROTOCOLO	: 1715888
ÓRGÃO	: AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL
RESPONSÁVEL	: JORGE OLIVEIRA MARTINS
CARGO DO RESPONSÁVEL	: DIRETOR PRESIDENTE
ASSUNTO DO PROCESSO	: CONCESSÃO – REFORMA
BENEFICIÁRIO	: JOSÉ LEONEL DOS SANTOS
RELATOR	: CONS. MARCIO MONTEIRO

ATO DE PESSOAL – CONCESSÃO DE REFORMA "*EX OFFICIO*" – CUMPRIMENTO DAS NORMAS REGIMENTAIS E LEGAIS – TEMPESTIVIDADE – REGISTRO.

Trata-se o presente processo da **concessão de REFORMA "*EX OFFICIO*"**, por ter completado a idade limite de permanência na Reserva Remunerada do servidor **Sr. JOSÉ LEONEL DOS SANTOS**, ocupante do cargo de Coronel da Polícia Militar.

Conforme consta dos autos a sua remessa foi tempestiva a esta Corte de Contas, de acordo com o Anexo I, Capítulo II, Seção II, da Instrução Normativa TC/MS n.º 35, de 14/12/2011, alterada pela Instrução Normativa TC/MS n.º 38, de 28/11/2012.

ESPECIFICAÇÃO	DATA
Publicação	04/07/2016
Prazo de Entrega	19/07/2016
Remessa (postagem/protocolo)	18/07/2016

Em razão da análise de toda documentação acostada, a equipe técnica da Inspetoria de Controle de Atos de Pessoal, por meio da sua Análise ANA-ICEAP-52789/2017, peça nº 08, e o ilustre representante Ministerial, por meio do seu Parecer PAR-2ª PRC 26679/2017, peça n.º 09, se manifestaram opinando pelo **REGISTRO** da presente aposentadoria.

É o Relatório. Passo a Decidir.

Observo com o exame dos autos que a presente REFORMA "*EX OFFICIO*", por ter completado a idade limite de permanência na Reserva Remunerada do servidor **Sr. JOSÉ LEONEL DOS SANTOS**, encontra-se formalizada em conformidade com os ditames legais, uma vez que foram apresentados os documentos pertinentes.

O direito que ampara a Reforma está previsto no art. 94 e art. 95, inciso I, "a", todos da Lei Complementar n.º 53, de 30 de agosto de 1990, com redação dada pela Lei Complementar n.º 123, de 20 de dezembro de 2007, conforme Decreto "P" n.º 2746/2016, publicado no Diário Oficial do Estado do Mato Grosso do Sul n.º 9197, de 04 de julho de 2016, peça n.º 5.

Diante do que se apresentou, acolho o posicionamento da Equipe Técnica e do Ministério Público de Contas e **DECIDO:**

1- Pelo **Registro da concessão de REFORMA "*EX OFFICIO*"** por ter atingido a idade limite de permanência na Reserva Remunerada do servidor **Sr. JOSÉ LEONEL DOS SANTOS**, o que faço com base no artigo 34, inciso II da Lei Complementar n.º 160/2012, c/c o artigo 10, inciso I - do Regimento Interno desta Corte de Contas;

2- Pela comunicação do resultado desta Decisão aos responsáveis, com base no artigo 50 da Lei Complementar n.º 160/2012;

É a DECISÃO.

Nos termos do artigo 70, §2º, do Regimento Interno, **determino** a remessa destes autos ao Cartório para providências regimentais.

Campo Grande/MS, 22 de fevereiro de 2018.

Cons. MARCIO MONTEIRO
RELATOR

Jac